

**1700º ANO DO CONCÍLIO DE NICÉIA E 60º ANO DO ENCERRAMENTO DO
CONCÍLIO VATICANO II DOSSIÊ Nº 2**

doi: [10.25247/paralellus.2025.v16n39.p409-422](https://doi.org/10.25247/paralellus.2025.v16n39.p409-422)

**O CONCÍLIO DE NICÉIA: A SINODALIDADE COMO O CAMINHO
PARA O DIÁLOGO ENTRE AS IGREJAS CRISTÃS**

THE COUNCIL OF NICAEEA: SYNODALITY AS THE PATH TO DIALOGUE
AMONGST CHRISTIAN CHURCHES

IL CONCILIO DI NICEA: LA SINODALITÀ COME VIA PER IL DIALOGO TRA
LE CHIESE CRISTIANE

*Sergio Sezino Douets Vasconcelos**
*Lucileide Cavalcante Silva***

RESUMO

O Papa Francisco repropôs a Sinodalidade como o modo de ser da Igreja, na escuta e no diálogo, na busca do amadurecimento da comunhão. No primeiro Concílio Ecumênico de Nicéia (325), o Credo Niceno foi redigido na presença das Igrejas Cristãs, em um contexto de comunhão (koinonia). Juntas, discutiram temas teológicos e eclesiais, no qual a afirmação “nós cremos” expressou a unidade, a partir da diversidade das Igrejas. Este artigo pretende refletir sobre a sinodalidade como o lugar teológico do diálogo entre as Igrejas Cristãs, em ressonância com Primeiro Concílio Ecumênico de Nicéia (325). O percurso seguido propõe ao leitor visitar o Concílio Ecumênico de Nicéia, analisando a sua pertinência para o diálogo

* Doutor em Teologia Católica pela Westfälische Wilhelms Universität Münster (1999). Professor do Programa de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) de Ciências da Religião e do Programa de Teologia (Mestrado) da UNICAP. Atualmente coordena o Curso de Bacharelado em Teologia da UNICAP. Atualmente desenvolve a pesquisa, "Travessias no Campo Religioso da América latina" e contribui como avaliador no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (INEP/MEC). Diácono permanente e assessor teológico da Coordenação Pastoral da Arquidiocese de Olinda e Recife. E-mail: douets@uol.com.br.

** Doutoranda em Ciências da Religião na Universidade Católica de Pernambuco (2022). Mestre em Teologia na mesma Instituição (2017-2019) e graduada em Ciências da Religião pelo Instituto de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual Vale do Acaraú (2003). Religiosa da Congregação das Missionárias Reparadoras do Coração de Jesus (MRCJ). É membro efetivo do Instituto Eneagrama Shalom (IESH). E-mail: lucileidecavalcante@yahoo.com.br.

ecumênico na contemporaneidade, propondo o amadurecimento da sinodalidade como lugar teológico para a construção de uma unidade que se constitui a partir da diversidade das Igrejas cristãs.

Palavras-chave: Concílio de Nicéia, Sinodalidade e ecumenismo, Nicéia e ecumenismo, diálogo ecumênico e sinodalidade.

ABSTRACT

Pope Francis has re-proposed synodality as the Church's way of being, grounded in listening and dialogue, in the pursuit of the maturation of communion. At the First Ecumenical Council of Nicaea (325), the Nicene Creed was drafted in the presence of the Christian Churches, within a context of communion (*koinonia*). Together, they discussed theological and ecclesial issues, in which the affirmation "we believe" expressed unity arising from the diversity of the Churches. This article aims to reflect on synodality as a theological locus for dialogue among the Christian Churches, in resonance with the First Ecumenical Council of Nicaea (325). The path followed invites the reader to revisit the Ecumenical Council of Nicaea, analyzing its relevance for ecumenical dialogue in contemporary times, and proposing the maturation of synodality as a theological locus for the construction of unity constituted from the diversity of the Christian Churches.

Keywords: Council of Nicaea; Synodality and ecumenism; Nicaea and ecumenism; Ecumenical dialogue and synodality

RIASSUNTO

Papa Francesco ha riproposto la sinodalità come modo di essere della Chiesa, nell'ascolto e nel dialogo, nella ricerca del maturare della comunione. Nel primo Concilio Ecumenico di Nicea (325), il Credo Niceno fu redatto alla presenza delle Chiese Cristiane, in un contesto di comunione (*koinonia*). Insieme, discussero temi teologici ed ecclesiastici, nel quale l'affermazione "noi crediamo" esprime l'unità, a partire dalla diversità delle Chiese. Questo articolo intende riflettere sulla sinodalità come luogo teologico del dialogo tra le Chiese Cristiane, in risonanza con il Primo Concilio Ecumenico di Nicea (325). La metodologia utilizzata è bibliografica. Il percorso seguito propone al lettore di rivisitare il Concilio Ecumenico di Nicea problematizzando la sua pertinenza per il dialogo ecumenico nella contemporaneità. Infine, si osserva la necessità del maturare della sinodalità come strutturante per le Chiese, nella costruzione di un'unità che si costituisce a partire dalla diversità delle Chiese cristiane.

Parole chiave: Sinodalità ed ecumenismo; Nicea ed ecumenismo; Dialogo ecumenico e sinodalità.

1 INTRODUÇÃO

Celebrar os 1700 anos do Concílio de Nicéia, amplia o nosso olhar sobre seus desdobramentos no contexto atual, para o diálogo ecumênico. Em 2018, a Comissão Teológica Internacional (CTI) publica um estudo sobre "A Sinodalidade na Vida e na Missão da Igreja". Esta reflexão surgiu no contexto do apelo do Papa Francisco, na comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos por São Paulo VI, para que a Igreja católica, revisitando as fontes, amadurecesse sempre mais na direção de uma Igreja de comunhão e participação, nas suas estruturas. Neste

sentido, o documento afirma que o caminho da sinodalidade é o caminho que Deus espera da Igreja do Terceiro Milênio, pois ela é dimensão constitutiva da Igreja', de modo que aquilo que o Senhor nos pede, em certo sentido, já está tudo contido na palavra sínodo" (CTI, 2018, n. 01).

Por ocasião dos 1700 anos do Concílio de Nicéia, a mesma comissão publicou um documento sobre Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador. 1700º aniversário do Concílio Ecumênico de Niceia 325-2025", retomando os aspectos teológicos centrais das afirmações do Concílio e refletindo as suas consequências na atualidade.

O presente artigo está desenvolvido em três momentos. Em primeiro lugar, a partir do documento da Comissão Teológica Internacional (CTI, 2025), reflete sobre as consequências ecumênicas do evento de Niceia para, em seguida, problematizar alguns sobre desafios atuais para o diálogo ecumênico, entre os fiéis e, finalmente, apresentar a importância da sinodalidade como lugar teológico fundamental para o diálogo ecumênico, construindo unidade através da diversidade cristã.

2 CONCÍLIO DE NICÉIA (325) E A SUA IMPORTÂNCIA ECUMÊNICA

Como afirmou o Papa Francisco sobre Niceia,

O primeiro Concílio ecumênico foi celebrado em Niceia, no qual a Igreja pôde exprimir a sua natureza, a sua fé, a sua missão, para ser, como afirma o último Concílio, "o sinal e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano" (*Lumen Gentium*). A sinodalidade é o caminho, a forma de traduzir em atitudes de comunhão e processos de participação a dinâmica trinitária com que Deus, através de Cristo e no sopro do Espírito Santo, vem ao encontro da humanidade (Francisco, 2023).

A celebração dos 1700 anos do Concílio de Niceia (325–2025) constitui um acontecimento de profunda relevância teológica, eclesial e ecumênica. O documento da Comissão Teológica Internacional destaca que Niceia não deve ser compreendido apenas como um evento histórico do passado, mas como uma fonte viva de comunhão (CTI, 2025, n. 48), capaz de iluminar o presente e orientar os caminhos do diálogo ecumênico na atualidade. Em um contexto marcado por divisões confessionais persistentes, o retorno a Niceia revela-se um gesto de memória reconciliada e de esperança escatológica de unidade.

A profissão de fé nicena permanece até hoje o núcleo da fé cristã compartilhada pelas diferentes tradições eclesiais. A Comissão afirma que “A profissão de fé de Niceia, em toda a sua beleza e grandeza, exprime a fé comum de todos os cristãos” (CTI, 2025, n. 43). Essa afirmação tem peso ecumênico decisivo, pois desloca o foco das divergências históricas para aquilo que constitui o fundamento comum da identidade cristã. Mesmo reconhecendo que “nem todos reconhecem ao Concílio e às suas decisões o mesmo estatuto” (CTI, 2025, n. 43), o documento insiste que a comunhão de fé expressa no Símbolo niceno-constantinopolitano é “quantitativa e qualitativamente” mais forte do que aquilo que separa as Igrejas.

Tal perspectiva reforça a necessidade de uma hermenêutica ecumênica de comunhão, segundo a qual o diálogo não começa do zero, mas se apoia em uma fé já partilhada: fé no Deus Uno e Trino, em Cristo verdadeiro Deus e verdadeiro homem, na salvação em Jesus Cristo, na Igreja, no batismo, na ressurreição dos mortos e na vida eterna (cf. CTI, 2025, n. 43). Niceia, assim, aparece como um lugar teológico de convergência, capaz de sustentar um ecumenismo não meramente diplomático, mas profundamente confessional.

O documento destaca de modo particular a veneração que o Concílio de Niceia recebe das Igrejas Orientais, que o consideram “não apenas como um Concílio entre muitos ou o primeiro de uma série, mas como o Concílio por excelência” (CTI, 2025, n. 43). A referência aos “318 Padres Ortodoxos” manifesta o caráter simbólico e identitário que Niceia possui para o cristianismo oriental. Essa centralidade confere a Niceia um papel privilegiado no diálogo ecumênico entre Oriente e Ocidente. Retomar Niceia juntos, significa reconhecer uma herança comum anterior às grandes divisões históricas, o que permite ao ecumenismo avançar não apenas por meio da resolução de conflitos doutrinários, mas também pela reapropriação conjunta das fontes. Nesse sentido, o documento afirma que a comemoração comum de Niceia pode tornar-se “um caminho ecumênico de enriquecimento recíproco” (CTI, 2025, n. 44).

Tal enriquecimento se dá pela escuta das diferentes tradições cristãs, cuja diversidade hermenêutica permite “pôr em evidência a riqueza do texto do Símbolo” (CTI, 2025, n. 44). O ecumenismo, assim, não é visto como uniformização, mas como comunhão na diversidade reconciliada.

Um dos pontos mais significativos do texto é a insistência na dimensão celebrativa do ecumenismo. Embora reconheça a importância do ecumenismo teológico, voltado aos “nós não resolvidos das nossas diferenças”, o documento afirma que é “igualmente frutuoso, se não ainda mais, celebrar juntos” (CTI, 2025, n. 44).

Essa afirmação retoma uma intuição profundamente evangélica: a unidade dos cristãos não é apenas um objetivo doutrinal, mas um testemunho visível para o mundo, “para que o mundo creia” (cf. Jo 17,21). A celebração conjunta da fé nicena é apresentada como um caminho concreto de aproximação, capaz de gerar “uma maior comunhão entre as tradições eclesiais e uma adesão mais forte à profissão comum da fé cristã” (CTI, 2025, n. 44).

Por fim, o documento conclui ressaltando o lugar do Símbolo niceno-constantinopolitano na liturgia, especialmente na Vigília Pascal e no batismo, onde é proclamado “na sua forma mais solene” (CTI, 2025, n. 47). Essa dimensão litúrgica reforça a convicção de que a fé professada em Niceia não é apenas um texto doutrinal, mas o fundamento existencial da vida cristã.

A força ecumênica do Símbolo manifesta-se plenamente quando ele é vivido “em comunhão visível por todos os discípulos de Cristo” (CTI, 2025, n. 47). Assim, a comemoração dos 1700 anos de Niceia não é apenas memorial, mas chamado profético à unidade, à conversão e à renovação do compromisso ecumênico das Igrejas.

3 ALGUNS DESAFIOS PARA O DIÁLOGO ECUMÊNICO NA ATUALIDADE

A crise de legitimação, que afeta a cultura ocidental na contemporaneidade, interfere em todas as esferas das relações sociais, provocando o, muitas vezes, o esfacelamento das relações sociais e religiosas, gerando pessoas cada vez mais incapazes, do ponto de vista psíquico, de construir e se subordinarem aos laços sociais, criando, muitas vezes, utilizando uma metáfora de Charles Melmann (2008), “corpos sem gravidade”, produzindo uma realidade social (e eclesial) na qual conserva-se uma tendência de que se vai “vivendo juntos sem os outros” (Lebrun, 2008). Como afirma Danièle Hervieu-Léger (2008), no contexto atual de desregulação da fé, há uma tendência de os indivíduos reivindicarem para si o direito de construção

da própria forma de crer, gerando múltiplos arranjos da fé, em uma tendência que a bricolagem se torna a característica estruturante das novas configurações do cristianismo.

O diálogo ecumênico, tal como se desenvolveu sobretudo a partir do Concílio Vaticano II, pressupõe interlocutores eclesiais relativamente estáveis, dotados de estruturas institucionais, referenciais doutrinários reconhecidos e instâncias de autoridade capazes de sustentar compromissos duradouros. Contudo, o cenário religioso contemporâneo é marcado pela emergência de novos subjetivismos religiosos, caracterizados pela centralidade da experiência individual, pela fluidez das pertencas e pela fragmentação dos sistemas simbólicos. Esse fenômeno coloca desafios inéditos ao ecumenismo, que já não se confronta apenas com a divisão histórica entre Igrejas, mas com a reconfiguração profunda do próprio modo de crer.

Os novos subjetivismos religiosos se manifestam na valorização da experiência pessoal como critério último de verdade, na desconfiança em relação às mediações institucionais e na construção de trajetórias espirituais individualizadas. Como observa Danièle Hervieu-Léger (2008), o crente contemporâneo tende a oscilar entre as figuras do “peregrino” e do “convertido”, escolhendo elementos religiosos de modo seletivo e provisório, em um contexto de enfraquecimento da memória coletiva e da transmissão institucional da fé.

Nesse contexto, muitas vezes, a religião deixa de ser recebida como herança e passa a ser vivida como projeto subjetivo, moldado pelas necessidades afetivas, terapêuticas e identitárias do indivíduo. Tal deslocamento afeta diretamente o ecumenismo, que tradicionalmente se apoia em pertencas confessionais relativamente estáveis e em doutrinas compartilháveis.

Um dos principais desafios que os novos subjetivismos colocam ao diálogo ecumênico é a crise do interlocutor. O ecumenismo clássico pressupõe Igrejas que falam em nome de comunidades reconhecíveis e representativas. No entanto, o crescimento de espiritualidades autônomas, movimentos carismáticos desinstitucionalizados e formas híbridas de religiosidade, dificultam a identificação de sujeitos coletivos capazes de sustentar processos de diálogo.

Os novos subjetivismos tendem a relativizar o peso da doutrina, privilegiando a autenticidade da experiência e o bem-estar subjetivo. Essa perspectiva entra em tensão com o ecumenismo teológico, que busca consensos doutrinários cuidadosamente elaborados. Quando a verdade é percebida como algo estritamente pessoal e mutável, os esforços por formular confissões comuns de fé podem parecer irrelevantes ou até opressivos.

Além disso, a lógica subjetivista favorece uma compreensão instrumental da religião, orientada para a satisfação imediata das necessidades individuais. O ecumenismo, porém, exige paciência histórica, escuta recíproca e disposição para o compromisso, virtudes que nem sempre encontram espaço em culturas religiosas marcadas pela lógica do consumo espiritual.

Além dos relativismos, outro desafio é a tendência aos fechamentos identitários ao diálogo ecumênico entre as Igrejas cristãs. Trata-se de um fenômeno complexo, que atravessa dimensões teológicas, culturais, sociopolíticas e psicológicas, e que afeta diretamente a capacidade das comunidades cristãs de reconhecerem-se mutuamente como portadoras legítimas da fé em Cristo.

Os fechamentos identitários emergem, em grande medida, como resposta defensiva a um contexto marcado pela globalização, pela pluralização religiosa e pela crise das grandes narrativas de sentido (Berger; Luckmann, 1997). Diante da sensação de perda de referências estáveis, grupos religiosos tendem a reafirmar identidades rígidas, delimitadas por fronteiras confessionais nítidas e por discursos de pureza doutrinária ou moral.

No âmbito cristão, essa dinâmica se traduz em processos de confessionalização intensificada, nos quais a identidade eclesial passa a ser definida sobretudo por oposição ao “outro”, mais do que pela centralidade comum do Evangelho. A identidade, assim, deixa de ser vivida como dom relacional e transforma-se em bastião ideológico.

Os fechamentos identitários, ao contrário, tendem a absolutizar formas históricas de viver a fé, confundindo tradição com tradicionalismo. Como advertiu Joseph Ratzinger (2015), quando a identidade cristã se reduz à autodefesa, ela corre o risco de perder

sua dimensão missionária e escatológica, tornando-se autorreferencial. Nesse sentido, o fechamento identitário representa uma tentação eclesiológica, pois desloca o centro da fé de Cristo para a própria confissão, tradição ou grupo.

Quando a identidade é vivida de modo rígido, o diálogo ecumênico é percebido como risco de diluição ou traição da própria fé. Assim, o ecumenismo passa a ser tolerado apenas em nível diplomático, sem repercussões reais na vida das comunidades.

A sinodalidade surge, no contexto atual, como um verdadeiro antídoto teológico e pastoral contra os fechamentos identitários. Uma Igreja sinodal aprende a escutar, a discernir e a caminhar junto, reconhecendo que ninguém possui sozinho a totalidade da verdade.

Paradoxalmente, o ecumenismo não enfraquece a identidade cristã; ao contrário, purifica-a e aprofunda-a. O encontro com o outro obriga cada tradição a distinguir entre o essencial da fé e suas mediações históricas, abrindo espaço para um amadurecimento teológico e espiritual.

4 A SINODALIDADE COMO LUGAR TEOLÓGICO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE QUE SE CONSTITUI A PARTIR DA DIVERSIDADE DAS IGREJAS CRISTÃS

Para o cristianismo, a Eucaristia, junto com o batismo, são os sacramentos por excelência da Igreja como *koinonia* (comunhão e participação) no corpo e sangue de Cristo, que tem os seus sinais visíveis na comunhão da fé com os sacramentos, com o credo e com o bispo (cf. *Ecclesia de Eucharistia*, n. 23).

A partir da perspectiva cristã, é impossível comunhão com o Corpo de Cristo na Eucaristia sem, necessariamente, comunhão com o Corpo Místico de Cristo, que é a Igreja. Como nos lembrou o Papa emérito Bento XVI, no seu livro “*O novo povo de Deus*”:

[...] a Igreja é o Corpo de Cristo e renova-se continuamente graças à Eucaristia. Na Eucaristia comemos todos o mesmo pão, por natureza numericamente um - Cristo, que não se deixa transformar em nossa substância corpórea, mas ao contrário, é ele que nos assimila no seu corpo e por conseguinte, faz todos nós um único Cristo. [...] As

consequências que daí resultam são deveras importantes. Para Paulo, a Igreja não é simplesmente Corpo místico, mas Corpo verdadeiramente de Cristo ou em outros termos, para Paulo, a expressão: “Corpo de Cristo” (isto é, os cristãos), não é apenas uma comparação ou uma metáfora, mas uma realidade que exprime a própria essência da Igreja” (RATZINGER, 2016, p. 109-110).

Para os cristãos, a celebração eucarística tem como finalidade transformá-los no corpo eclesial de Cristo, através da comunhão no corpo sacramental. Por isso a Eucaristia é o sacramento da unidade (Cf.: Taborda, 2005, p. 80). Ratzinger, em um dos seus importantes textos sobre a Eucaristia, afirma:

O fim da Eucaristia é a transformação daqueles que a recebem na autêntica *communio* com a sua transformação. E, desse modo, o fim é unificação, paz, isto que nós somos, de indivíduos separados que vivem uns ao lado dos outros ou contra os outros, nos tornemos com Cristo e nele um organismo de doação e vivamos em vista da Ressurreição e do mundo novo (RATZINGER, 2019, p. 414).

O fundamento teológico da sinodalidade encontra-se na dimensão pneumática do batismo e na Eucaristia. Como afirma a Comissão Teológica Internacional (cf. TCI, 2018, n. 47), O caminho sinódico da Igreja é plasmado e alimentado pela Eucaristia. Para os cristãos, a sinodalidade tem sua fonte e seu cume na celebração litúrgica e de modo singular na participação plena, consciente e ativa da reunião eucarístico. A comunhão com o Corpo e o Sangue de Cristo tem como consequência que "embora sejamos muitos, somos um só Pão e um só Corpo, pois todos participamos de um mesmo Pão" (1 Cor 11,17). Ou seja, a Eucaristia representa e realiza visivelmente a pertença ao Corpo de Cristo e a copertença entre os cristãos (1Cor 12,12). Neste sentido, como afirma a Comissão Teológica (TCI, n. 67), “[...] A participação é baseada no fato de que todos os fiéis são habilitados e chamados a colocar a serviço um dos outros os respectivos dons recebidos do Espírito Santo”.

O Papa Francisco, recordando São João Crisóstomo, no seu discurso por ocasião da comemoração do 50º aniversário da instituição do Sínodo dos Bispos, em 17 de outubro de 2015, no Vaticano, afirmou que a sinodalidade, como dimensão constitutiva da Igreja, oferece o quadro hermenêutico mais apropriado para compreender o próprio ministério hierárquico na Igreja:

Se compreendermos que, como diz São João Crisóstomo, «Igreja e Sínodo são sinónimos», – pois a Igreja nada mais é do que este

«caminhar juntos» do Rebanho de Deus pelas sendas da história ao encontro de Cristo Senhor –, entenderemos também que dentro dela ninguém pode ser «elevado» acima dos outros. Pelo contrário, na Igreja, é necessário que alguém «se abaixe» pondo-se ao serviço dos irmãos ao longo do caminho (Francisco, 2015).

A sinodalidade não é, antes de tudo, um método organizacional ou uma estratégia pastoral, mas uma forma de ser Igreja, enraizada no mistério trinitário e na igualdade batismal de todos os fiéis. Falar de amadurecimento da sinodalidade implica reconhecer que as Igrejas se encontram em um processo de conversão eclesial, no qual mentalidades, práticas e estruturas são chamadas a passar de modelos autorreferenciais para dinâmicas de escuta, discernimento e corresponsabilidade.

Esse amadurecimento encontra, muitas vezes, resistências internas: clericalismo, autoritarismo velado, medo da participação e dificuldade em integrar a diversidade de carismas. Tais resistências não são apenas institucionais, mas refletem sintomas de aridez espiritual em muitos setores das Igrejas, pois revelam uma compreensão insuficiente da Igreja como *koinonia*.

A sinodalidade emerge no horizonte eclesial contemporâneo como uma das categorias teológicas mais decisivas para repensar a identidade, a missão e as formas de relação das Igrejas cristãs. Mais do que um método de governo ou um procedimento consultivo, a sinodalidade expressa um modo de ser Igreja, profundamente enraizado nas fontes da revelação cristã e na tradição eclesial dos primeiros séculos. Nesse sentido, a sinodalidade pode ser compreendida como um lugar teológico (*locus theologicus*), isto é, um espaço privilegiado de escuta e de discernimento da fé, tanto no diálogo *ad intra*, no interior das próprias Igrejas, quanto no diálogo ecumênico, entre as diversas tradições cristãs.

A presente reflexão se propôs analisar a sinodalidade como lugar teológico para o diálogo ecumênico, partindo de sua fundamentação eclesiológica e pneumatológica, passando por suas implicações para a vida interna da Igreja, e culminando em sua relevância para o ecumenismo contemporâneo. Propõe-se que o amadurecimento da sinodalidade constitui uma condição indispensável para um diálogo ecumênico autêntico, capaz de superar tanto o fechamento identitário quanto os relativismos subjetivistas superficiais.

No plano *ad intra*, a sinodalidade constitui um lugar teológico na medida em que permite à cada Igreja escutar a si mesma, à luz do Espírito. A escuta recíproca entre fiéis e lideranças religiosas não se reduz a uma dinâmica meramente democrática, mas expressa a convicção teológica de que o Espírito Santo age em todo o povo de Deus. O *sensus fidei fidelium*, longe de ser uma opinião majoritária, é um dom do Espírito que se manifesta na comunhão viva da Igreja.

Nesse sentido, a sinodalidade desafia modelos eclesiais marcados pelo clericalismo e pela centralização excessiva, propondo uma articulação mais madura entre participação, corresponsabilidade e autoridade. O diálogo *ad intra* não visa apenas à eficiência pastoral, mas à verdade da Igreja sobre si mesma, pois uma Igreja que não dialoga internamente compromete sua própria fidelidade ao Evangelho.

A sinodalidade, como lugar teológico, permite também enfrentar conflitos e tensões internas não como ameaças à unidade, mas como oportunidades de discernimento. O diálogo sinodal não elimina o dissenso, mas o integra em um processo espiritual no qual a verdade é buscada comunitariamente, na escuta da Palavra e na abertura ao Espírito.

No plano ecumênico, a sinodalidade revela-se um lugar teológico particularmente fecundo. Historicamente, muitas divisões entre as Igrejas cristãs estão ligadas a diferentes compreensões da autoridade, da colegialidade e da relação entre primado e sinodalidade. Ao redescobrir a sinodalidade como dimensão constitutiva da Igreja, abre-se um espaço comum de reflexão e convergência entre as tradições cristãs.

A sinodalidade oferece ao ecumenismo uma linguagem compartilhável: caminhar juntos, escutar juntos, discernir juntos. Diferentemente de um ecumenismo meramente doutrinal ou diplomático, a sinodalidade propõe um ecumenismo do caminho, no qual as Igrejas se reconhecem mutuamente como comunidades peregrinas, rezando o Credo Niceno-Constantinopolitano, em busca da plena comunhão, na diversidade.

5 Considerações finais

Compreender a sinodalidade como lugar teológico para o diálogo ecumênico significa reconhecer que a Igreja encontra a si mesma quando caminha em comunhão, escuta

o Espírito e discerne juntos os caminhos da missão. A sinodalidade não é apenas um tema contemporâneo, mas uma redescoberta das fontes mais profundas da tradição cristã, ao retornar às fontes da compreensão da Igreja como *koinonia*.

No contexto atual, marcado por fragmentações culturais e religiosas, das fragmentações subjetivistas, dos fechamentos identitários e grande ênfase na autorreferencialidade, a sinodalidade oferece às Igrejas cristãs um espaço teológico privilegiado para reencontrar a unidade na diversidade.

Na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco aprofundou a sua crítica ao afirmar que a autorreferencialidade gera uma Igreja autoprotetora, mais preocupada consigo do que com o mundo: “A Igreja, quando se fecha, adoece. A autorreferencialidade gera uma espécie de narcisismo teológico” (*Evangelii Gaudium*, 95). Nesse sentido, a autorreferencialidade não é apenas um problema organizacional, mas um problema espiritual, pois nasce de uma falsa segurança religiosa que substitui a confiança em Deus pela confiança em estruturas, normas ou tradições absolutizadas.

A sinodalidade aparece como resposta concreta à tentação autorreferencial. Uma Igreja sinodal é, por definição, uma Igreja descentrada, relacional e aberta à escuta.

Nesse horizonte, a superação da autorreferencialidade não é apenas um desafio interno (*ad intra*), mas também ecumênico. Uma Igreja fechada em si mesma é incapaz de dialogar com outras Igrejas cristãs. Já uma Igreja que caminha sinodalmente reconhece que não possui a totalidade da verdade como posse, mas é chamada a testemunhá-la em comunhão.

Assim, a crítica à autorreferencialidade torna-se um lugar teológico para o diálogo ecumênico, pois abre espaço para a humildade, a escuta mútua e o reconhecimento da ação do Espírito fora das próprias fronteiras identitárias confessionais. Ao se tornar verdadeiramente sinodal, a Igreja não apenas fortalece seu diálogo interno, mas se apresenta ao mundo e às outras Igrejas como sinal e instrumento de comunhão, antecipando, já na história, a unidade plena à qual todos os discípulos de Cristo são chamados.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. Petrópolis: Vozes, 1997.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. **A sinodalidade na vida e na missão da Igreja**. 2018. Disponível em:

https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_20180302_sinodalita_po.html. Acesso em: 16 de out. 2025.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. **Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador**. 1700º aniversário do Concílio Ecumênico de Niceia 325-2025. Disponível em:

https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_doc_20250403_1700-nicea_po.html. Acesso em 15 de set. 2025.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **A Eucaristia na vida da Igreja: subsídios para o Ano da Eucaristia**. Brasília: CNBB, 2005. (*Estudos da CNBB*, n. 89).

FRANCISCO, Papa. **Discurso aos membros da Comissão Teológica Internacional**. Vaticano, 30 nov. 2023. Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2023/november/documents/20231130-cti.html>. Acesso em: 18 de set. 2025.

FRANCISCO, Papa. **Evangelii Gaudium**: Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. Brasília: Edições CNBB, 2013.

FRANCISCO, Papa. **Discurso por ocasião da comemoração do 50º aniversário da instituição do Sínodo dos Bispos**. Vaticano, 17 out. 2015. Disponível em:

<https://www.vatican.va>. Acesso em: 17 de out. 2025.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido: a religião em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEBRUN, Jean-Pierre. **A perversão comum: viver juntos sem outro**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008a.

MELMAN, Charles. **O homem sem gravidade**. Gozar a qualquer preço. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

RATZINGER, Joseph. **Teologia da liturgia**. Tradução da edição alemã. Brasília: Edições CNBB, 2014. (*Obras completas*, v. 11).

RATZINGER, Joseph. **A Igreja: sinal entre os povos**. Tradução da edição alemã. Brasília: Edições CNBB, 2015. (*Obras completas*, v. 8/1).

TABORDA, Francisco. Fazei isto em memória de mim. A Eucaristia no sacramento da unidade. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **A Eucaristia na vida da Igreja**. Subsídios para o ano da Eucaristia. Estudos da CNBB, n. 89. Brasília: CNBB, 2005.